

Globalização, Europa e Portugal – alguns reflexos culturais

Rui Matoso
Maio, 2007

Tudo é Cultural. Ou nada o é.

Eduardo Lourenço

I

Neste texto tentaremos cruzar de modo pertinente e crítico três níveis de grandeza e complexidade distintos - a globalização, a Europa e Portugal - e averiguar dos seus efeitos numa política cultural que se pretende integrada, sustentável e promotora do desenvolvimento.

Num texto intitulado “A cultura na era da mundialização” -publicado nas actas do colóquio *Economia & Cultura*, coordenado por M. Lurdes Lima dos Santos em 1994 e em *O esplendor do Caos*, 1998- Eduardo Lourenço vem a afirmar aquela ideia, tantas vezes repetida por outros e amiúde radicalizada num anti-americanismo, de que o fenómeno da “mundialização do cultural” só existe graças aos Estados Unidos, sendo isso sinónimo da “americanização cultural do planeta”(*O esplendor do Caos*, p. 18).

Esta mundividência de um domínio mundial da cultura por parte dos Estados Unidos corresponde àquele sentimento da globalização ser acima de tudo a legitimação de um mercado mundial ao dispor das indústrias culturais americanas, ou seja, de que a produção cultural e os seus consumos não se diferenciam dos outros tipos de bens (a cultura como mercadoria entre mercadorias), restando apenas um comércio único a nível mundial. Esta parece-nos ser uma ideia veiculada e defendida, por exemplo, pela Organização Mundial do Comércio.

Numa posição oposta, que apela à diferenciação da produção cultural, encontra-se a UNESCO, em cuja *Convenção sobre a Protecção e a Promoção da diversidade das Expressões Culturais*- em vigor desde 18 de Março de 2007-, se reafirma o direito que os Estados têm de “proteger e promover a diversidade das expressões culturais”, conferindo razão de ser a uma reclamação de proveniência essencialmente francesa que se designava como “excepção cultural”, a qual reclama exactamente o tratamento excepcional para os bens culturais e os procedimentos proteccionistas no âmbito do mercado livre.

Contudo, pensamos que não é suficiente colocar a problemática da globalização, e dos seus efeitos na cultura, apenas no dilema de uma potencial hegemonia mundial da cultura americana. A

questão é mais complexa e não pode ser isolada do papel, esse sim inequívoco, das tecnologias de comunicação no quotidiano dos cidadãos do “mundo ocidental”, onde o audiovisual, o digital ou as imagens em geral, circulam a uma velocidade alucinante e, mesmo anestésico, diríamos...

Da mesma forma não é possível afastar desse núcleo de questões os modos de reprodução, quer das próprias imagens em circulação possibilitados pela rede mundial (internet); quer dos hábitos e identidades sociais (reprodução social). Hoje, mais do que há duas décadas atrás, os jovens adolescentes, independentemente do capital social e cultural familiar, formam as suas identidades de grupo em torno de “heróis” virtuais e demasiadamente efêmeros fornecidos por uma cultura de massas altamente sofisticada e padronizada segundo modelos que reproduzem toda a espécie de estereótipos e clichés prontos a consumir. Como resultado, os jovens são obrigados a afirmar e a reproduzir, uns perante os outros, que os seus gostos coincidem com aquilo que, no momento presente, maior circulação têm nos *media*, apesar de, em alguns casos, isso poder não corresponder à verdade das suas práticas culturais individuais e domésticas (privadas)¹.

Ora, se pensarmos que os grupos económicos que controlam os meios de comunicação são poderosas multinacionais, podemos perceber o grau de poder simbólico aí existente. E quem diz poder simbólico diz violência simbólica, dominação, reprodução social, consumo e individualismo indiferenciado.

Para lá desta visão unidimensional da globalização e dos efeitos nefastos na esfera das práticas culturais, outros autores (p.ex, Mike Featherstone) vêm afirmando que a par dessa voragem uniformizadora, existem crescentes oportunidades para a expressão das culturas e das identidades locais, potencializadas pela crise reflexiva das identidades (colectivas e individuais), o que daria azo ao surgimento de novos intermediários culturais mais preocupados em abrir espaço às vozes da *Krisis*, numa postura que de algum modo favoreça uma espécie de resistência simbólica universal.

II

Entre a globalização e Portugal está a Europa, e entre cada um desses “corpos” existe um conjunto complexo de interacções, bem como no seu interior. Entre nós e a Europa a relação é obviamente ancestral, o que não impede Eduardo Lourenço de afirmar que ainda assim, “comparticipando duma civilização, mas continuando refractários ao seu espirito, uma vez que assimilamos apenas a sua face exterior, inessencial, estamos ausentes do mundo da cultura.” (Heterodoxia I, p. 18). Será esta afirmação ainda hoje válida?

No plano cultural e com a adopção do Tratado de Maastricht, a política da cultura obteve a sua própria base jurídica. O Artigo 151.º veio a estabelecer uma base de acção com vista a

1 Cf., Dominique Pasquier, *Des audiences aux publics: le rôle de la sociabilité dans les pratiques culturelles*.

encorajar, apoiar e complementar as actividades dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.

Mais do que uma fundação simplesmente jurídica, a cultura na Europa tem vindo a promover, através de mecanismos vários, um ambiente favorável ao “diálogo intercultural” (2008 será o ano europeu do diálogo intercultural), o qual vem permitindo a mobilidade dos artistas e das produções, designadamente através dos apoios concedidos pelo Programa Cultura 2000 e 2007.

A este nível, e no que respeita ao protagonismo dos artistas e das produções nacionais, o saldo tem sido pouco positivo, dando a entender que as organizações culturais portuguesas padecem de algumas fragilidades neste domínio, nomeadamente quanto à liderança de projectos culturais em parceria com as suas congéneres europeias. Neste aspecto ressoa o eco de Eduardo Lourenço. De qualquer modo, não nos parece que se trate de um problema “ontológico” - como se de uma deficiência genética nacional se tratasse- mas antes, de uma deficiente cultura organizacional, e de um ainda baixo desenvolvimento crítico da cidadania, da autonomia e da democracia e por conseguinte da responsabilidade e da equivalente liberdade.

Parafraseando uma vez mais Eduardo Lourenço, *a pior crise de valores é a que não se vê, ou se vê mas que nos deixa indiferentes* (conferência na Gulbenkian, Outubro de 2006).

Não pretendemos de modo nenhum afirmar, ou confirmar, que Portugal, e os seus produtores culturais, artistas, instituições públicas ou organizações privadas, sejam “menores” no contexto europeu. Para dar um exemplo de maioria no âmbito da política europeia é justo salientar o importante contributo dado por Portugal na definição inovadora de um Programa Operacional para a Cultura (POC), amplamente reconhecido por Bruxelas.

A questão que se coloca é: num contexto de ampla integração, como fazer sentir aos cidadãos e às organizações, que o exercício da cidadania e das práticas de cultura à escala europeia, é hoje um imperativo? E até que ponto uma política cultural nacional pode favorecer e acelerar a mudança social?

Numa resposta deveras preliminar, diria que a escala onde a influência das políticas culturais pode ter os melhores resultados é a escala local. Uma vez que é a esse nível que a participação democrática activa e plural mais se faz sentir e os seus efeitos maior potencial comportam.

III

Supomos que o Estado, enquanto mecanismo de representação da soberania de um povo ou nação, terá como tarefa nobre a preocupação com a qualidade cultural e social dos seus cidadãos,

pois, só assim poderá ter uma população qualificada, crítica e exigente, que por sua vez seja produtora de mais valias diversas (materiais e imateriais), e desse modo possibilite um desenvolvimento integral e sustentável.

No campo cultural, este pressuposto traduziria-se em ter não apenas consumidores passivos, mas espectadores (públicos) activos e cidadãos criativos. Pessoas abertas ao conhecimento, à sensibilidade e ao lúdico; pessoas que esperassem da arte a inquietação perante a Humanidade, enfim, pessoas que contassem com os efeitos cumulativos e duradouros da recepção estética nas estruturas da consciência, e não apenas com um consumo descartável e banal.

Hoje esta exigência é por demais flagrante, se atendermos a que os modos de produção e consumo se desviam aceleradamente duma produção de tipo industrial para uma produção imaterial, de conteúdos culturais, científicos ou artísticos. Tão evidente nas mais recentes propostas em torno das cidades criativas ou da economia do conhecimento, onde a propriedade intelectual é tida como um importante capital e activo.

Estarão, em Portugal, as políticas culturais contemporâneas aptas a lidar com os novos contextos, nacionais, europeus ou globais ?

O cenário resumido por António Firmino Costa em *Políticas Culturais: conceitos e perspectivas* (OBS nº2), em torno dos contributos de dois sociólogos de renome, José Madureira Pinto e Augusto Santos Silva, permite-nos observar que, em termos teóricos, as políticas culturais propostas são, como ponto de partida, bons instrumentos de trabalho, ao nível do que melhor se produzirá na Europa ou no mundo. Mas, qual têm sido o reflexo prático das mesmas nas cidades portuguesas?

E aqui a questão é de outra ordem, já não apenas teórica ou reflexiva, mas também da ordem das contingências, dos contextos ou das circunstâncias. Se a democratização da cultura (acesso e fruição como um direito constitucional) e a democracia cultural (ampliação das condições de expressão e participação) são ambas consensuais em termos de políticas culturais, a sua aplicação e efectividade práticas dependerão sempre das especificidades e dos diagnósticos em torno do seu âmbito de aplicabilidade.

Uma política de democracia cultural não significará a mesma coisa em Lisboa ou em Condeixa-a-Nova, existem diversos factores que devem ser analisados de modo a surtirem os respectivos objectivos. E, obviamente, não pode haver política cultural sem objectivos publicamente assumidos e mensuráveis nos seus impactos culturais, avaliação e revisão...assim sendo, podemos sempre perguntar-nos se de facto existirão políticas culturais ao nível local, nas cidades médias e pequenas de Portugal. Não me parece – salvo as honrosas excepções.....

Nos últimos anos tem existido alguma vontade política no sentido de democratizar o acesso às produções artísticas, é disso um exemplo o *Programa Difusão das Artes do Espectáculo* (1999),

o qual complementaria uma primeira fase de recuperação e construção de Teatros e Espaços Culturais e o programa *Território Artes*.

Contudo, no que respeita à democracia cultural é sabido que só com o reforço das conexões entre Cultura e Educação se podem almejar melhorias substantivas em termos de desenvolvimento cultural, do mesmo modo que é necessário aprofundar a transversalidade da cultura pelas demais áreas de actividade governativa.

Só assim a cultura pode ser tida como constitutiva da sociedade, e não como um elemento complementar ou de adorno. Querendo com isto dizer, e em forma de conclusão: não há sociedade sem cultura.